



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

### ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 2015.

Aos nove dias do mês de junho de 2015, às onze horas e quinze minutos, na sala de reuniões das Comissões da CLDF, a Presidente da Comissão, Deputada Sandra Faraj, abriu a Décima Segunda Reunião Ordinária da Comissão. Presentes, inicialmente, os Deputados: Bispo Renato Andrade, Chico Leite, Rafael Prudente e Raimundo Ribeiro. Dando início aos trabalhos, a Presidente solicitou que os comunicados fossem feitos ao final da reunião. Foram aprovadas, por cinco votos favoráveis, as seguintes atas: Ata da 9ª Reunião Ordinária, realizada em 19/05/2015, Ata da 10ª Reunião Ordinária, realizada em 26/05/2015 e a Ata da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 02/06/2015. Ato contínuo, foi apreciado o **Item 01 – PELO 25/2011**, de autoria do Dep. Joe Valle e relatoria do Dep. Chico Leite, que “acrescenta o artigo 100-A que dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do Programa de Metas pelo Poder Executivo e inclui o inciso IV e alínea A ao § 4º do artigo 149 com as seguintes redações”. Parecer: pela Admissibilidade na forma do Substitutivo (emenda 01 CCJ). Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade na forma do Substitutivo (emenda 01 CCJ) por cinco votos favoráveis. Após a apreciação desse item, o Dep. Rafael Prudente retirou-se da reunião, passando a Comissão a conter quatro membros. Dando continuidade aos trabalhos, foi apreciado o **Item 02 - PELO 03/2015**, de autoria do Dep. Chico Leite e outros, sendo relator o Dep. Robério Negreiros, que “insere o art. 351-A na Lei Orgânica do Distrito Federal, dispondo sobre a audiência pública em matéria de ordenamento territorial”. Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: Retirado de pauta pela Presidente da CCJ. **Item 03 – PELO 78/2014**, de autoria do Dep. Joe Valle e outros, sendo relator o Dep. Raimundo Ribeiro, que “acrescenta o artigo 80-A à Lei Orgânica do Distrito Federal e o artigo 60 ao Ato das Disposições Transitórias”. Parecer: pela Inadmissibilidade. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator, Dep. Raimundo Ribeiro. **Item 04 – PELO 80/2014**, de autoria do Dep. Wellington Luiz e relatoria do Dep. Raimundo Ribeiro, que “trata de regulamentação do inciso XVI, do art. 17, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e do inciso XVI, do art. 24, da Constituição federal, e dá outras providências”. Parecer: pela Admissibilidade. Com a palavra o Dep. Chico Leite, que solicitou a realização de estudo pela Assessoria Legislativa, a fim de evitar eventual ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a proposição em comento. Com a palavra o Dep. Raimundo Ribeiro, que defendeu a constitucionalidade da matéria. Resultado: aprovado o parecer por quatro votos favoráveis e uma abstenção – Dep. Chico Leite. **Item 05 – PL 86/2015**, de autoria do Dep. Bispo Renato Andrade e relatoria do Dep. Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar nos editais de licitação e respectivos contratos administrativos, cláusula de capacitação dos trabalhadores envolvidos sobre tema de



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

Saúde e Segurança do Trabalho, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências". Parecer: pela Inadmissibilidade. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator, Dep. Raimundo Ribeiro. **Item 06 – PL 88/2015**, de autoria do Dep. Bispo Renato Andrade e relatoria do Dep. Raimundo Ribeiro, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de órgãos e entidades públicas do Distrito Federal a inserir em seus sítios eletrônicos, fotos de pessoas desaparecidas". Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade por quatro votos favoráveis e uma ausência. Após a apreciação desse item, o Dep. Raimundo Ribeiro retirou-se da reunião, passando a Comissão a contar com três membros. **Item 07 – PL 145/2015**, de autoria do Dep. Robério Negreiros e relatoria do Dep. Raimundo Ribeiro, sendo relator *ad hoc* o Dep. Chico Leite, que "dispõe sobre a publicação mensal, em diário oficial e outros meios eletrônicos, da relação das diárias utilizadas pelos agentes públicos". Parecer: pela Admissibilidade na forma da emenda modificativa 01-CCJ. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade, por três votos favoráveis e duas ausências, na forma da emenda modificativa 01-CCJ. **Item 09 – PL 1871/2014**, de autoria do Deputado Joe Valle e relatoria do Dep. Raimundo Ribeiro, sendo relator *ad hoc* o Dep. Chico Leite, que "Institui e inclui no calendário de eventos do Distrito Federal o Dia da Cultura e Luta Camponesa". Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade, por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 10 – PL 222/2015**, de autoria do Deputado Rafael Prudente e relatoria do Dep. Raimundo Ribeiro, sendo relator *ad hoc* o Dep. Chico Leite, que "institui e inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia Distrital de Enfrentamento à Psicofobia, a ser rememorado no dia 12 de abril". Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade, por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 11 – PL 1268/2012**, de autoria do Dep. Prof. Israel Batista e relatoria do Dep. Chico Leite, que "estabelece sanções aplicáveis em caso de divulgação indevida de dados e imagens pessoais que violem, significativamente, a intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas". Parecer: pela Inadmissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Inadmissibilidade, por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 12 – PL 1538/2013**, de autoria do Dep. Wasny de Roura e relatoria do Dep. Chico Leite, que "dispõe sobre a realização do Circuito de Quadrilhas Juninas no Distrito Federal e dá outras providências". Parecer: pela Admissibilidade, na forma da emenda supressiva 01 CCJ. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade, por três votos favoráveis e duas ausências, na forma da emenda supressiva 01 CCJ. **Item 13 – PL 1560/2013**, de autoria do Dep. Agaciel Maia e relatoria do Dep. Chico Leite, que "incluir no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, o evento denominado Carnaval Fora de Época". Parecer: pela Admissibilidade. Resultado: aprovado o parecer pela Admissibilidade, por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 14 – PL 120/2015**, de autoria da Dep. Luzia de Paula e relatoria do Dep. Chico Leite, que "dispõe sobre o conteúdo do aviso de que trata o artigo 19-J da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990". Parecer: pela apresentação de Requerimento declarando prejudicada a proposição. Resultado: Aprovado o parecer, por três votos favoráveis e duas ausências, com voto pela apresentação de Requerimento declarando prejudicada a proposição. **Item 15 – PL 131/2015**, de autoria do Dep. Ricardo Vale e relatoria do Dep. Chico Leite, que



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

"dispõe sobre a eleição indireta para Governador e Vice-Governador, prevista no art. 94, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal", Parecer: pela Admissibilidade e Aprovação. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade e Aprovação, por três votos favoráveis e duas ausências. **Item 16 – REQ-CCJ 001/2015**, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que "requer, à Comissão de Constituição e Justiça, que formalize a expedição de convite aos senhores Dr. Ricardo Batista Sousa, Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Distrito Federal, Antônio Pulo Vogel, Secretário de Estado de Administração e Desburocratização e Leany Lemos, Secretária de Estado de Planejamento e Orçamento, afim de discutirem o tema que especifica". Resultado: aprovado o requerimento por três votos favoráveis e duas ausências. A seguir, foram apreciadas em bloco as seguintes indicações, sendo todas aprovadas por três votos favoráveis e duas ausências: **Item 17 – IND 3331/2015**, de autoria do Dep. Agaciel Maia, que "sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador providências para implantação de Sistema de Licença de Funcionamento Digital (Alvará Digital), no âmbito da administração pública do Distrito Federal". **Item 18 – IND 3364/2015**, de autoria da Dep. Liliane Roriz, que "sugere ao Poder Executivo por intermédio da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania a implantação de um posto do Na Hora na Região Administrativa do Recanto das Emas - RA XV". **Item 19 – IND 3476/2015**, de autoria do Dep. Bispo Renato Andrade, que "sugere ao Poder Executivo providências no sentido de nomear, imediata e preferencialmente, advogados integrantes do Sistema Jurídico do Distrito Federal para chefiar a unidade jurídica de cada empresa pública ou sociedade de economia mista distrital". Após a aprovação das indicações acima mencionadas, representante do sindicato SINDAGUA-DF fez uso da palavra, ocasião em que criticou a privatização de empresas públicas do Distrito Federal. Os deputados apoiaram o sindicato SINDAGUA-DF e objetaram eventual proposta de privatização de empresas públicas distritais sem a realização de estudos sobre o tema. Em seguida, a 12ª Reunião Ordinária foi suspensa às doze horas e vinte e cinco minutos, retornando no período da tarde. Assim, às quinze horas e seis minutos, na sala de reuniões das Comissões da CLDF, a Presidente da Comissão, Deputada Sandra Faraj, reabriu a reunião com a presença dos Deputados Rafael Prudente e Raimundo Ribeiro, ocasião em que foi apreciado o **Item 08 – PL 357/2015**, de autoria do Poder Executivo e relatoria do Dep. Raimundo Ribeiro, que "institui o Programa Material Escolar e dá outras providências". Parecer: pela Admissibilidade, na forma Emenda 05 (Substitutivo), com as Emendas (Subemendas à Emenda 05) 09, 11, 12, 13, 16, 18 e 19. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade, por três votos favoráveis e duas ausências, na forma da Emenda 05 (Substitutivo), com as Emendas (Subemendas à Emenda 05) 09, 11, 12, 13, 16, 18 e 19. Por fim, foi apreciado o item extra pauta, **Item 20 – PLC 23/2015**, de autoria do Poder Executivo e relatoria do Dep. Raimundo Ribeiro, que "autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, os direitos creditórios de origem tributária ou não tributária, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, na forma que especifica, e dá outras providências". Parecer: pela Admissibilidade, com as emendas 08, 09 e 10, prejudicadas as demais. Resultado: Aprovado o parecer pela Admissibilidade, por três votos favoráveis e duas ausências, com as emendas 08, 09 e 10, prejudicadas as demais. Não havendo mais nada a tratar, a Deputada Sandra Faraj



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ**

encerrou a reunião às quinze horas e vinte e seis minutos. E eu, Eduardo Miranda Melis, Secretário da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito Federal, lavrei a presente ata que, depois de lida e assinada pela Presidente e pelos demais Deputados membros desta Comissão, será enviada à publicação.

**DEPUTADA SANDRA FARAJ**  
**Presidente da CCJ**